

O PROUNI E SEUS EGRESSOS: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

11/2011

Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

COSTA, Fabiana de Souza
fabianacosta123@gmail.com

INTRODUÇÃO

O referido trabalho, como parte integrante de meu projeto de pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo da PUC-SP, tem por objetivo desenvolver pesquisa com os egressos do Programa Universidade para Todos (ProUni), e como perspectiva identificar a inserção desses jovens no mercado de trabalho. Temos como referência a produção teórica sobre o tema trabalho, educação e juventude, suas implicações no mercado de trabalho e nas políticas públicas de juventude.

Os jovens sofreram as consequências econômicas e sociais ocorridas nas décadas de 80 e 90, marcadas pelo baixo crescimento econômico e pelo alto índice de desemprego. Mesmo com a melhora das taxas de emprego no Brasil, após a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2002, os jovens não foram diretamente beneficiados. Conforme a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2009) o cenário de recuperação do emprego formal e de redução da informalidade, característicos dos anos 2004 a 2008, não beneficiou os jovens da mesma forma que os adultos. Segundo dados do IBGE (2007), é jovem quase metade do número de desempregados no Brasil. Os jovens possuem mais dificuldade de almejar uma vaga no mercado de trabalho. Esse cenário ocorre por diversas razões, dentre elas a pouca

experiência profissional, em função de ainda estarem em processo de formação acadêmica e profissional.

Mesmo com todo este cenário, os jovens no Brasil, em especial à partir de 2005 passa a se constituir como sujeitos de direitos sociais. O que denominamos de juventude, no Brasil apresenta-se com a faixa etária que corresponde dos 15 aos 29 anos, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nesta fase, o jovem possui suas especificidades e demandas que precisam ser levadas em conta pelo poder público. Para Foucault (*apud* DUSSEL, 2007, p 502) a vida, muito mais que o direito, é que está em jogo agora nas lutas políticas, inclusive se estas são formuladas através das afirmações de direito. Ao abordarmos o tema da juventude, é necessário levar em conta a heterogeneidade dos grupos juvenis, conforme suas vivências e experiências ao longo da vida.

No Brasil, o tema das políticas de juventude ganha relevância após a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude em 2005. O debate e a elaboração de políticas públicas se tornam mais presentes nos espaços públicos, abrindo assim, um período de grande participação dos jovens, que culminou com a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada em abril de 2008, ocasião em que foram mobilizados mais de 400 mil participantes em todo país. Além disso, em 2010 foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 42/2008, também denominada de "PEC da Juventude". Pela proposta o termo juventude passa a configurar na denominação do capítulo VII do título VIII da Constituição Federal Brasileira. A PEC 42/08 compõe o tripé do marco legal da juventude, que inclui também o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude.

O Brasil está vivenciando um processo denominado de bônus demográfico, que se constitui do aumento do contingente de pessoas em idade produtiva. Há uma redução do número das crianças e idosos na participação da economia, conseqüentemente ampliando a participação dos adultos no setor produtivo. Segundo o IBGE (2010), esse fenômeno não ultrapassará o ano de 2030, e só acontece uma vez em cada país. Atualmente no Brasil, há 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos.

Com essa nova realidade social, é preciso ver a juventude para além da inclusão e participação. É necessário criar condições e prever políticas públicas de juventude que visem contribuir com o desenvolvimento do país, a inserção no mercado de trabalho e ampliação da distribuição de renda no Brasil.

Ser jovem é uma condição social e de vida, que segundo Pochmann (2007) se constitui como referência de estágio de desenvolvimento de uma sociedade. Além disso, ser jovem,

É uma forma de vida que se estende muito mais tempo que a simples etapa de 15 a 24 anos de idade, e que não pode mais ser anunciada como preparação para o ingresso na vida adulta, ou mesmo como intermediação entre a escola e o trabalho. (POCHMANN, 2007, p. 14)

O acesso às políticas públicas da juventude possibilita uma nova expectativa de ascensão social, ao proporcionar maior capacitação profissional e melhorias de inserção no mercado de trabalho, conseqüentemente uma melhor distribuição de renda.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) apresenta-se como uma política pública de educação superior que financia o acesso à graduação para alunos de baixa renda. Após a conclusão do curso, esperamos que esses estudantes possam ter melhores condições de almejar uma colocação no mercado de trabalho. Os bolsistas do ProUni, por terem melhores oportunidades que seus pais, podem adquirir uma mobilidade tanto intergeracional, quanto intrageracional.

As novas gerações apresentaram boas possibilidades de superar as condições de vida e trabalho das gerações anteriores (mobilidade intergeracional), com ascensão na trajetória ocupacional (mobilidade intrageracional). (POCHMANN, 2007, p. 09)

O debate das políticas públicas de juventude em nosso país tem sido relevante no sentido de garantir que os jovens não fiquem invisíveis às ações do poder público. Neste sentido, torna-se necessária a implementação de políticas públicas que articulem o tema educação e trabalho.

PROBLEMA

O ProUni foi implementado em 2005. Após 6,5 anos, o Programa já formou mais de 174,5 mil jovens em todo o Brasil. Nosso foco será identificar e analisar à partir da presente pesquisa, quais atividades, postos de trabalho e ocupações, estes alunos estão inseridos após a conclusão de um curso de graduação pelo ProUni.

OBJETIVOS

O objetivo deste estudo é identificar no universo dos alunos egressos do ProUni de Instituições de Educação Superior situadas na capital de São Paulo, se a oportunidade de cursar uma graduação através de uma política pública de educação superior como o ProUni, possibilita melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, segundo a perspectiva dos próprios egressos.

Faremos uma amostra dos sujeitos da pesquisa, tendo por referência as seguintes informações:

- Egressos dos cursos das áreas de humanas, exatas e biomédicas de diversas Instituições de Educação Superior da capital de São Paulo que se formaram em 2009. Iremos traçar um perfil desses egressos, levando em conta a idade, sexo, grupo familiar, renda per capita e raça.

METODOLOGIA

Nosso percurso metodológico trata-se uma abordagem qualitativa, e a técnica a ser adotada será o questionário constituído de perguntas abertas e fechadas. Para Chizzotti (2005),

o questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar (p.55) .

Além do questionário, utilizaremos também o instrumento da entrevista dirigida, contando com a participação dos alunos egressos, selecionados à partir da amostra inicial para aplicação do questionário. Para Chizzotti (2005),

A entrevista dirigida em pesquisa é um tipo de comunicação entre um pesquisador que pretende colher informações sobre fenômenos e indivíduos que detenham essas informações e possam emití-las. As informações colhidas sobre fatos e opiniões devem constituir-se em indicadores de variáveis que se pretende explicar. É, pois, um diálogo preparado com objetivos definidos e uma estratégia de trabalho. (p.57)

Os sujeitos da pesquisa se constituem com os alunos egressos do ProUni da capital de São Paulo. À partir do banco de dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), faremos uma amostra dos alunos, levando em conta as diversas áreas do conhecimento e cursos de graduação oferecidos pelas Instituições de Educação Superior situadas na capital.

Utilizaremos uma amostra por estratos, em que “divide-se a população em estratos ou subgrupos em função de certas características úteis aos fins do estudo, como foi feito na amostragem por quotas, para em seguida estabelecer uma amostra aleatória de cada um desses estratos”. (LAVILLE & DIONE, 1999 p. 171).

Após a coleta dos dados, faremos uma análise das informações, levando em conta as categorias que forem identificadas ao longo das respostas, e analisaremos tais categorias à luz das teorias disponíveis.

RESULTADOS

Como hipótese inicial da nossa pesquisa, acreditamos que o investimento no acesso à educação superior através de políticas como o ProUni, permitirá que uma parcela significativa da juventude brasileira, atualmente quase 1 milhão de jovens, possam ter melhores condições de ingresso no mercado de trabalho. Para Pochmann (2007, p. 40), “a educação não é o único passaporte para o emprego, mas permanece como requisito capaz de evitar os piores constrangimentos impostos pela marginalização juvenil”

A articulação do tema educação e trabalho constituem-se como uma condição essencial na trajetória dos jovens. Os jovens de baixa renda ingressam cada vez mais cedo no mercado de trabalho, em função da necessidade de ajudar na renda familiar. O

poder público deve traçar mecanismos que garantam a esse jovem, uma condição favorável de continuar, ou, em muitos casos retomar seus estudos, mesmo que ele tenha que se manter no mercado de trabalho, em função das razões já citadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; NETO, Miguel Farah. Juventudes e trajetórias escolares: conquistando direito à educação. In: ABRAMOVAY, Mirian; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (orgs). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: MEC, 2007, p. 57-80

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 129-148.

CORBUCCI, Paulo Roberto; CASSIOLATO, Maria Martha; CODES, Ana Luiza; CHAVES, José Valente. Situação Educacional dos Jovens Brasileiros. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C de; ANDRADE, Carla Coelho (orgs). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, p. 89-108.

DUSSEL, Enrique. Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão. 3ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007;

GONZALEZ, Roberto. Políticas de Emprego para Jovens: Entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C de; ANDRADE, Carla Coelho (orgs). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, p. 109-128.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

OIT. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: OIT, 2009.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN, Marcio. **Qual desenvolvimento? Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre a juventude e a escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 87-127.